ATA N.º 26/2013 – Reunião ordinária do dia 2013.12.19

---------Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, nesta vila de Bombarral e no salão nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião pública e ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente José Manuel Gonçalves Vieira, do senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota da Silva e dos senhores vereadores Maria Norberta da Ponte Ferreira dos Santos, Luis Alberto Camilo Duarte, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira e Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra.----------

----------Secretariou a reunião o assistente técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira----------

----------Esteve igualmente presente a senhora chefe da divisão financeira Regina Paula Aires.----------

----------Pelas 09:15 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor presidente da Câmara. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

0760. ATA N.º 25/2013: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por unanimidade aprovar a ata n.º 25/2013, respeitante à reunião ordinária de Câmara de dia 04 de Dezembro. ----------

DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE:----------

0761. FUNDOS DISPONIVEIS: Disse que continuam sem receber a informação sobre fundos disponíveis que o senhor Presidente da Câmara diz ter em seu poder. Querem receber essa informação pelo que agradecem a respectiva entrega. Se o senhor Presidente da Câmara continuar a não entregar os documentos terão que agir judicialmente.----------

0762. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL: A mesma situação se passa com este ponto.----------

0763. DIREITO DE OPOSIÇÃO: Continuam sem resposta em desrespeito completo pela função de vereadores eleitos que não têm condições mínimas para funcionar.----------

----------O senhor Presidente da Câmara lembrou que tinha dito que no início do ano com a reestruturação dos serviços e o reposicionamento dos colaboradores nos gabinetes do edifício, os senhores vereadores terão o seu espaço adequado ao desenvolvimento do seu trabalho na autarquia. ----------

0764. 40 HORAS DE TRABALHO: Solicitou informação sobre o ponto de situação deste processo.----------

----------O senhor Presidente da Câmara reiterou ser favorável às 35 horas de trabalho, mas o assunto está a ser discutido ao nível dos 12 municípios do oeste para se chegar a uma posição consensual na discussão com os sindicatos.----------

----------O senhor vice-presidente Nuno Mota disse que tinha agendado reuniões com os sindicatos mas houve uma reunião na OesteCIM onde ficou decidido que seria esta entidade a conduzir este processo abrangendo todas

as Câmaras Municipais. Pela informação que tem os sindicatos concordaram com esta situação. ----------

0765. **PAGAMENTOS ÁS JUNTAS DE FREGUESIA:** Solicitou informação sobre o ponto de situação deste processo. ----------

----------A senhora vereadora Norberta Santos informou que vai ser feito o pagamento de um mês até dia 26 de Dezembro. ----------

0766. **ANIMAÇÃO DE NATAL:** Solicitou informação sobre o que está programado em termos de animação durante do período de Natal dos espaços urbanos onde existe actividade comercial.----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que todos defendem a animação do concelho, sabendo que a mesma é necessária à revitalização do comércio. Contra todas as adversidades estão a preconizar a realização do mercado rural no exterior para dar alguma animação nas ruas, assim as condições climatéricas venham a permitir. O Museu Municipal tem vindo a organizar as habituais iniciativas de Natal, dedicadas aos mais novos e está também a decorrer no Pavilhão Municipal a maior exposição uma exposição de construções Lego em Portugal, alusiva ao tema de natal.----------

0767. **INTERMARCHÉ:** Lembrou que a informação que circulou é que as pessoas entregavam os currículos na Câmara Municipal ao senhor chefe da divisão de obras particulares e planeamento urbanístico, pelo que renovou o pedido de esclarecimentos. Congratulou-se com a hipótese de abertura do Intermarché. -

----------O senhor Presidente da Câmara disse que reuniu com um director ligado ao Grupo Mosqueteiros do Intermarché tendo sido solicitado que a Câmara colaborasse na recolha de alguns currículos. Após essa recolha, feita com a intenção de colaborar na obtenção de postos de trabalho para os bombarralenses os currículos foram entregues ao referido director. Espera que este contributo ajude as pessoas em situação de desemprego a ocuparem mais postos de trabalho. ----------

0768. **CONVITES:** Disse haver convites que chegam à Câmara Municipal dos quais os vereadores não têm conhecimento.----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse existem instruções claras para que os convites sejam remetidos aos senhores vereadores. Se algo falhou é uma situação que o ultrapassa pois tem dado instruções para ser feita a distribuição. ----------

----------O senhor vereador Fialho Marcelino disse que a Câmara Municipal à revelia dos dois vereadores do PS manteve no site como email vereacaops@cm-bombarral.pt, não lhes tendo dado conhecimento, o que está errado e leva a que não possam aceder a esse email enquanto não tiverem os portáteis. Mais disse que ninguém lhes perguntou se queriam que fosse esse o email ou outro com os respectivo nomes. Se tiver hipótese ainda hoje se vai deslocar à informática. ----------

0769. **RUA DA AZINHAGA – FAMÕES:** Solicitou informação sobre a questão colocada por munícipes na última reunião pública do executivo. ----------

----------O senhor vice-presidente Nuno Mota disse que ainda não foi a Famões pois teve de faltar por motivos de saúde. No início de 2014 irá tratar do assunto.----------

DA SENHORA VEREADORA M.ª LOS ANGELES OLIVEIRA:----------

0770. DIREITO DE OPOSIÇÃO: Disse não considerar que a informação dada seja a certa pois não lhes deram a sala porque não quiseram. Lembrou que quando efectuaram a visita ao edifício dos Paços do município verificaram que há uma sala que não está a ser utilizada. Considerou que também não é admissível que passados dois meses ainda não se tenha entregue equipamento informático, quando o que estão a falar é de limpeza dos discos e eventual instalação de programas no computador. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que as alterações de salas carecem de um plano para que os serviços não fiquem desfasados em termos de espaço. Quanto aos computadores disse que os mesmos estão no sector de informática para serem preparados para entrega, aguardando-se que estejam prontos rapidamente. ----------

----------O senhor vice-presidente da Câmara disse haver peças dos computadores que estão avariadas tendo que ser substituídas e aguardando dotação orçamental para serem adquiridas.----------

0771. TRANSPORTES ESCOLARES: Relativamente ao pseudo estudo dos transportes escolares, que consideram não ser um estudo efectivo, disse que continuam a entender que a solução encontrada não é a melhor pelo que querem voltar a discutir esta questão.----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse não vê qualquer inconveniente em discutir-se este assunto.----------

0772. PARQUE TEMÁTICO: Lembrou que foi dito que ia ocorrer um encontro com os investidores pelo que quer saber o ponto de situação deste processo e qual o espaço do Falcão que vai ser ocupado pelo parque temático. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse ter havido um encontro com representantes dos investidores para preparar uma abordagem ao senhor Secretário de Estado da Economia, pelo que brevemente terão novidades, tudo indicando que a situação está a correr bem. Também tem informações de que o despacho conjunto sobre a aprovação da ocupação dos terrenos está bem encaminhado. Disse que o espaço que está reservado para a Sky Towers é constituído pela faixa do lado direito, abaixo do estádio municipal. Sabe que a avaliação ambiental estratégica está concluída e vai ser discutida pelos técnicos da autarquia e representantes dos investidores que estão a avançar com o projeto. ----------

0773. VISITA AOS TRABALHADORES: Para além da questão dos armazéns municipais, os trabalhadores fizeram referência à questão da limpeza do espaço, pelo que quer saber quais as medidas tomadas. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que o senhor vice-presidente da Câmara está com a atenção virada para esta assunto e brevemente serão

dados passos importantes para melhorar as condições dos trabalhadores dos estaleiros. ----------

----------O senhor vice-presidente da Câmara disse que numa das reuniões que teve com o STAL esta questão foi colocada tendo ficado mais ou menos acordado ir ao local fazer uma limpeza a fundo e depois uma vez por mês irem lá as senhoras da limpeza. No resto do tempo os funcionários terão que assegurar a limpeza do espaço. Vão tentar fazer pequenas obras para melhorar um pouco os balneários. ----------

----------O senhor vereador Luis Duarte disse que uma vez que no orçamento para 2014 está prevista a venda do armazém da Fonte Velha, pergunta se é o espaço todo. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse defenderem a unificação dos estaleiros, ficando liberto todo o espaço do atual estaleiro das águas. ----------

----------O senhor vereador Luis Duarte perguntou para onde vai aquele pessoal dado que a receita da venda não se reflecte no espaço que vai receber o pessoal. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que as receitas não podem ser consignadas para a realização de determinadas despesas mas farão todos os esforços para melhorar o espaço que todos reconhecem não ter sido alvo de investimentos. ----------

----------O senhor vice-presidente Nuno Mota disse que a intenção é ponderar-se a venda dos dois armazéns. ----------

0774. **ESPAÇO INTERNET:** Outra questão prende-se com a biblioteca e a existência no local do espaço internet que reduz a utilização do espaço pelos utentes da biblioteca tornando os livros inacessíveis. Considera que os próprios funcionários da biblioteca perdem capacidade de actuação. Sabem que já houve problemas com utentes que levaram à chamada da GNR. Entendem estar na hora de procurar outro local para o espaço internet. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que estão a preconizar uma solução alternativa porque já tinham detectado que as coisas não estavam a funcionar devido á exiguidade do espaço. ----------

0775. **INTERMARCHÉ:** Disse pensar que a forma como a Câmara Municipal se envolveu não foi o melhor processo porque se criou uma situação que pode ser considerada muito dúbia até porque existem serviços que podiam ser envolvidos e que seriam uma mais valia fazendo chegar esta possibilidade a mais pessoas para se inscreverem evitando mal-entendidos. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse aceitar que podem não ter optado pela melhor solução mas todos os currículos foram encaminhados para a empresa e a intenção foi simplesmente colaborar. ----------

DO SENHOR VEREADOR FIALHO MARCELINO:----------

0776. **TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA:** Informou que no passado dia 17 de Dezembro deu entrada no tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria uma participação relativamente ao vogal da União das freguesias de

Bombarral e Vale Covo Luis Pereira Bernardino que substituiu numa reunião de Câmara o senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota da Silva. Não devendo ser considerada uma prática estar sempre atrás das asneiras que possam ser feitas, sempre que alertarem para situações altamente lesivas do concelho e que tenham contornos de ilegalidade não têm qualquer problema em voltar a fazer participações ao Tribunal Administrativo e Fiscal.----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse ter tomado a devida nota. --------

0777. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 – 2020: Referiu que vai terminar hoje a discussão pública da avaliação do programa em epígrafe. Tendo a ANMP pedido contributos a todas as Câmaras questiona o que é que a Câmara Municipal do Bombarral fez em relação a este projecto porque há linhas importantes.----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que estas questões estão a ser preparadas e discutidas pelos municípios.----------

----------O senhor vereador Fialho Marcelino disse que da resposta do senhor Presidente da Câmara a conclusão a que chega é que nem o senhor Presidente da Câmara nem a vereadora do pelouro fazem a menor ideia do que consta destes documentos.----------

0778. ESPAÇO INTERNET: Disse concordar com a intervenção da senhora vereadora M.ª Los Angeles, sabendo que este espaço tem sido vandalizado e que materiais informáticos têm desaparecido. ----------

0779. ACTIVIDADES DE APOIO Á FAMILIA: Questionou em que ponto estão as actividades de apoio à família.----------

0780. REGIME DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS: Disse que também termina hoje a discussão pública do regime de actividades económicas que é fundamental para as autarquias, havendo um conjunto enorme de competências tiradas às Câmaras Municipais passando para o Ministério da Economia. Também um grande número de contra-ordenações passa das Câmaras Municipais para a administração central, assim como o controlo da exploração de estabelecimentos comerciais, armazéns alimentares, restaurantes e bares, venda ambulante e exploração de mercados municipais. Isto leva a que o nosso mercado feche no dia em que entrar em vigor este regime. Perguntou o que é que a Câmara Municipal já fez neste âmbito.----------

ORDEM DO DIA

0781. APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES E COMPETENTE AUTORIZAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Foi presente a seguinte proposta do senhor vice-presidente da Câmara: “Considerando que:----------

a) O Setor de Recursos Humanos elaborou a Informação n.º 49/R.H. de 16/12/2013, a qual se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos e na qual se expressa a necessidade de novo recrutamento. Desta informação resulta que, ponderada a carência dos recursos humanos nos setores de atividade a que aquele recrutamento se

destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia e o cumprimento da redução imposta pela LOE de 2013, haverá margem para efetivar o novo recrutamento;----------

b)A imprescindibilidade do mesmo para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e conforme resultantes da estrutura orgânica em vigor, uma necessidade permanente de dotar o setor em causa de recursos humanos suficientes e com habilitações e formação adequadas ao exercício das funções que lhe estão cometidas, nomeadamente face ao volume de trabalho resultante do facto de o setor jurídico exercer as suas competências transversalmente a toda a atividade municipal (desde a consultoria e apoio prestados aos órgão autárquicos, ao acompanhamento de processos de obras particulares, obras públicas, contratação pública, águas e saneamento, exercício de funções de oficial público, entre outras), considerando ainda as áreas integrantes do setor jurídico e contencioso, como sejam a fiscalização, a instrução de processos de contraordenação e o serviço de execuções fiscais. ----------

c) Nesta informação também se identificam quais as diligências processuais necessárias à efetivação dos recrutamentos propostos, sendo que e em síntese se refere que previamente ao procedimento concursal devem os Órgão Executivo e Órgão Deliberativo autorizar o recrutamento, nos termos do art. 66.º da LOE para 2013 - Lei 66-B/2012, de 30 de Dezembro;----------

d) Segundo Informação prestada pela Exma. Sra. Chefe da Divisão Financeira, datada de 16/12/2013, o Município de Bombarral não se encontra em situação de desequilibro financeiro estrutural ou de rutura financeira, ou com endividamento líquido superior ao limite legal de endividamento para 2013;-----

e) Dispõe o n.º 1, do art. 66.º da LOE para 2013, sob a epígrafe "***Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais***" que: ----------

"1 — As autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes. ---------- *"*

f) O n.º 2 do art. 66.º da LEO para 2013 determina que: *"Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode (…) autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior (n.º 1), fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos*----------*:*

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de

atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa ----------;
b) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.os 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, e 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;----------
c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;----------
d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro ----------;
e) Seja demonstrado o cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior----------.
g) Para efeitos da al. a), n.º 2 do art. 66.º, da LOE para 2013, invocam-se os fundamentos aqui apresentados bem como os constantes da informação do Setor de Recursos Humanos melhor identificada na al. a) da presente proposta;
h) Para efeitos da al. b) do mesmo número e artigo, sempre se dirá que há uma efetiva impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.os 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua atual redação ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade, conforme informação do Setor de Recursos Humanos supra citada; ----------
i) Para efeitos da al. c), n.º 2 do art. 66.º, da LOE para 2013, sempre se dirá que os encargos decorrentes do recrutamento proposto serão inscritos no Orçamento Municipal de 2014, uma vez que apenas terá efeitos financeiros nesse ano; ----------
j) Para efeitos da al. d), n.º 2 do mesmo artigo da LOE, sempre se dirá que o Município cumpre, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos no art. 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;----------
k) Para efeitos da al. e), n.º 2 do art. 66.º, da LOE para 2013, importa ter presente que o Município demonstra o cumprimento das medidas de redução mínima, nomeadamente de acordo com a Informação n.º 49/R.H. de 16/12/2013, nesta data já se efetivou essa redução e, por outro lado, o recrutamento que ora se propõe é compatível coma redução estabelecida no art. 65.º da LOE. ----------

l) Nos termos da LVCR, os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: ----------
- Da competência dos Serviços e das atividades que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; ----------
- Do cargo ou da carreira e/ ou categoria, que lhe correspondam; ----------
- Dentro de cada carreira e/ou categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular. ---
O mesmo é dizer que os postos de trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos. E as funções a desempenhar pelos trabalhadores são assim determinadas por esse conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho, pelo que as atribuições, competências e atividades dos postos de trabalho devem encontrar-se descritas no mapa de pessoal.----------
Propõe-se que:----------
1 - A Câmara Municipal de Bombarral delibere promover o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho, criados e não ocupados, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, reconhecendo a excecionalidade deste recrutamento por se encontrarem verificados os requisitos cumulativos das al. a) a e) do n.º 2 do art. 66.º da LOE de 2013 (Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro), conforme considerandos da propositura supra, para posto de trabalho assim discriminado: ----------
- DPHAJ - SJC (1 posto de trabalho - carreira e categoria de Técnico Superior – Jurista). ----------
2 - A Câmara Municipal de Bombarral delibere, também, em linha com o principio da eficiência e economia que deve nortear a actividade municipal, *e* nos termos do disposto no n.º 2, do art. 9.º, do DL 209/2009, de 3 de setembro e para os efeitos previstos no n.º 6, do art. 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), conjugado com o disposto nos art. 66.º da Lei 66-B/2012, de 30 de dezembro (LOE), que, em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho por aplicação das regras dos n.º 3 e 4, do supra citado art. 6.º da LVCR - trabalhadores detentores da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida – a possibilidade de se proceder ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida. ----------
3 - A Câmara Municipal de Bombarral delibere, ainda, fixar e aprovar, dentro da descrição genérica do posto de trabalho a ocupar constante do Mapa de Pessoal em vigor (coincidente com a caracterização das carreiras gerais – Carreira de Técnico Superior constante do anexo à LVCR), o perfil de competência do trabalhador necessário à ocupação do posto de trabalho,

caracterizado em função da competência do serviço e das atividades que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar conforme definidas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais em vigor, conforme se explicita: ----------

Exercer as suas competências transversalmente a toda a atividade municipal, prestando informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos, preparando estudos e propostas, assessorando os órgãos autárquicos na sua atuação, desempenhando funções nos domínios da instrução de processos contraordenacionais e dos processos de execução fiscal, elaborando documentos de cariz técnico-jurídico nas diferentes áreas de atuação do Município, designadamente na área da contratação pública, obras públicas e particulares, ambiente. ----------

Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, deliberação, despacho ou determinação superior----------.

4 - A Câmara Municipal de Bombarral delibere, finalmente, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º da Lei 66-B/2012, de 30 de dezembro (LOE), remeter o procedimento à Assembleia Municipal para competente autorização da abertura do procedimento concursal, nos termos e condições constantes da presente proposta." ----------

----------O senhor vice-presidente da Câmara disse que tendo em conta que a única técnica nesta área termina o seu contrato em Abril de 2014 sem hipótese de renovação, ficará a Câmara Municipal sem ninguém com habilitações adequadas nesta área, daí proporem a abertura deste procedimento para não prejudicarem o funcionamento dos serviços. É inegável que na área jurídica a autarquia precisa de apoio permanente. Ao invés de outras autarquias que têm vários juristas o Bombarral tem apenas um que é transversal a toda a actividade da autarquia. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que o que se pretende é garantir acompanhamento jurídico permanente na autarquia, uma situação que como todos sabem é absolutamente imprescindível para o funcionamento dos órgãos autárquicos.----------

----------O senhor vereador Fialho Marcelino disse propõs à Câmara Municipal a retirada deste ponto da ordem de trabalhos porque não têm competência para discutir o mesmo hoje porque o orçamento e as GOP ainda não foram aprovadas pela Assembleia Municipal.----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse lamentar profundamente mas o ponto não será retirado e será colocado à votação porque tem a firme certeza que a proposta está convenientemente elaborada e não carece de aprovação prévia uma vez que ambas as aprovações se farão no mesmo ato.----------

----------O senhor vereador Luis Duarte questionou o senhor vice-presidente sobre onde é que na informação n.º 49 os recursos humanos expressam a necessidade deste procedimento. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que tanto na informação dos recursos humanos como na proposta do senhor vice-presidente se refere a imprescindibilidade deste procedimento que é reconhecida por quem tem experiência nestas matérias.----------

----------O senhor vice-presidente disse que esta é a interpretação que faz, sendo entendimento do executivo que existe esta necessidade. O texto pode não estar tão bem redigido mas este é o entendimento. Não tenhamos dúvidas da necessidade de ter alguém a tempo inteiro nesta área.----------

----------O senhor vereador Luis Duarte disse que o que o espanta é num processo em que o senhor presidente da Câmara e o senhor vice-presidente da Câmara no anterior mandato não renovaram contratos a pessoas imprescindíveis nos serviços, referindo-se ao pessoal da educação e são mais de uma dezena de pessoas e a quem o orçamento de estado permitia a renovação. Agora para pessoas mais queridas aos responsáveis se façam propostas que por informação da divisão financeira e dos recursos humanos são ilegais e para pessoas do Bombarral se mandem para o desemprego e se recorra a subterfúgios recorrendo a associações para colocar as pessoas que faziam falta ao serviço e agora para uma pessoa querida pela situação se proponha uma ilegalidade ao executivo.----------

----------O senhor Presidente da Câmara considerou que o senhor vereador Luis Duarte é muito moralista e benfeitor mas não pode ser à custa do erário público aumentando os custos dos recursos humanos, como sempre fez, para níveis que esta Câmara Municipal não aguenta. Se fosse possível teria tido muito gosto em renovar com os funcionários. O procedimento em causa será para um jurista, por concurso e não por encomenda. As pessoas queridas também não conseguem renovar pelos motivos conhecidos e pelas imposições feitas. Têm feito o possível para que a casa continue a funcionar e não entre em rotura.----

----------O senhor vereador Luis Duarte considerou muito interessante a questão colocada pelo senhor Presidente da Câmara. Foram buscar as pessoas para o centro escolar explorando-as e criando a expectativa de ficarem quando o senhor Presidente da Câmara diz que tal não é possível. E hoje para contratar quem quer propõe uma situação que dois serviços da Câmara demonstram que é ilegal.----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que estão a colmatar a eventualidade de não ficarem desprovidos de apoio em períodos tão difíceis como os que estão a atravessar e correm o risco de ficar um ano sem o apoio que qualquer município se presa ter, alguns até com mais de um jurista .--------

----------O senhor vice-presidente disse que da sua parte o concurso é aberto a qualquer pessoa que queira concorrer. No passado houve outras pessoas que estiveram anos e vários mandatos sem entrar para os quadros e que depois foram para a rua. Reconheceu que as questões do emprego são sensíveis. Estão a fazer um levantamento e brevemente virão mais pedidos para outros

procedimentos concursais para outras necessidades que também são urgentes. Lamenta que não tenham vindo todos juntos. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que o procedimento é aberto a todos os que tenham condições para concorrer. Apesar das informações dos serviços que vão para além da sua competência em termos de pronúncia, e com referências que nunca foram usadas em casos semelhantes têm consciência de que os procedimentos estão corretos.----------

----------A senhora vereadora M.ª Los Angeles Oliveira disse estar mais do que claro que o texto apresentado é do executivo e não tem qualquer relação com os pareceres dos recursos humanos e da divisão financeira. Os recursos humanos fazem várias referências que não conseguem saber se estão ou não de acordo com a lei. Há quatro anos já foi tido em conta as coisas estarem ou não contempladas em orçamento para produzirem efeitos. Na opção gestionária o grande erro foi não terem tido isso em conta e esta é uma situação idêntica. Em qualquer proposta o parecer técnico é fundamental. A informação dos recursos humanos não é conclusiva e a da divisão financeira é que vai contra a lei 8/2012. Lembrou que os pareceres que vêm têm vinculo. Neste momento não há condições nenhumas de aprovar esta proposta. Quer saber em concreto qual a situação da técnica jurista do quadro de pessoal desta autarquia que está em comissão de serviço no Instituto de Desporto de Rio Maior. Perguntou se a Câmara Municipal não tinha que dar autorização a esta renovação.----------

----------O senhor vice-presidente da Câmara disse que há autarquia apenas foi dado conhecimento da renovação não tendo sido previamente consultada. -----

----------O senhor Presidente da Câmara lembrou não ser possível prever fundos disponíveis com tanta distância, pois a sua contabilização é feita trimestralmente. Na primeira reunião após a aprovação do orçamento a Câmara Municipal fixará o valor máximo anual para procedimentos, uma vez que a abertura do procedimento depende da autorização da Assembleia Municipal que decorrerá em 30 de Dezembro. Demorando o procedimento seis meses só poderá ter efeitos no segundo semestre de 2014. A divisão financeira informa que a verba está prevista no orçamento para 2014, não estando prevista para 2013 porque este ano não haverá despesa. ----------

----------A senhora vereadora M.ª Los Angeles Oliveira lembrou que o prazo médio de pagamentos é de 227 dias, há 3,5 milhões de euros de saldo negativo e temos a proposta de orçamento com as receitas previstas que sabem, pelo que se está tudo bem pensado devem ver quais os dados mais verídicos. ----------

----------O senhor vereador Luis Duarte disse que na informação dos recursos humanos diz que a Câmara Municipal tem nos seus quadros um funcionário licenciado em solicitadoria e administração que é quase uma licenciatura com a mesma base de formação jurídica, podendo fazer as abordagens necessárias. Também sabem que há uma técnica jurista em comissão de serviço no Instituto

de Desporto de Rio Maior e que é do quadro de pessoal desta autarquia. Há que reconhecer que há condições no interior da Câmara Municipal para colmatar esta situação. A Câmara Municipal tem contrato com um gabinete de advogados que custa mais de € 25.000 / ano. A Câmara Municipal tem um conjunto de situações a que pode recorrer. Questionou quantas técnicas com formação em administração autárquica tem esta Câmara Municipal e que podem ter actividades transversais. Se isto é para 2014 pergunta se são as regras do orçamento de estado de 2014 que vão ser cumpridas neste processo. Sabem que a pressa toda é terem a autorização antes da entrada em vigor do orçamento para 2014. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que a técnica que está em Rio Maior renovou por mais três anos. Nenhuma solução apresentada reúne os requisitos para substituir o lugar. Informou que o gabinete que representa a Câmara tem uma avença de 800 euros. As regras a cumprir serão as que estão em vigor e forem exigidas em termos legais. Não usa subterfúgios para abrir procedimentos. ----------

----------O senhor vereador Luis Duarte disse que a Câmara Municipal não tem informação sobre a referida técnica porque é vereador e não sabe nada. Se o senhor Presidente da Câmara tem um parecer jurídico ele não foi anexado a esta proposta. ----------

----------O senhor vereador Fialho Marcelino disse que como a sua mente não é iluminada quer demonstrar com o que foi dito pelos serviços que esta aprovação hoje é uma grave ilegalidade. É necessário saber se o Municipio se encontra em desequilíbrio financeiro, se estão previstas verbas e o orçamento estar aprovado pela Assembleia Municipal, bem como o mapa de pessoal. A chefe da divisão financeira diz que há 3,5 milhões de euros de fundos indisponíveis e que o prazo médio de pagamentos é de 227 dias, aconselhando prudência na assunção de despesas. Com estas duas informações dos serviços, que são fundamentais, não conseguem estar de acordo com o senhor Presidente da Câmara e serão obrigados a votar contra.----------

----------Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da Câmara e das senhoras vereadoras Norberta Santos e Rosa Guerra e o voto contra dos senhores vereadores Luis Duarte, Fialho Marcelino e M.ª Los Angeles Oliveira, aprovar a proposta supra transcrita e remetê-la à Assembleia Municipal. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

----------<u>DECLARAÇÃO DE VOTO:</u> A senhora vereadora M.ª Los Angeles Oliveira disse que a CDU vota contra esta proposta com fundamento nos pareceres técnicos apresentados que apontam ilegalidades e nulidade do acto.

----------<u>DECLARAÇÂO DE VOTO:</u> O senhor vereador Luis Duarte disse que o PS votou contra com base nas informações técnicas que de forma clara e objectiva transmitem que é ilegal o acto praticado. Para além disso a Câmara

Municipal continua a usar em sectores fulcrais para o funcionamento da Câmara pessoas que lançou no desemprego e que foi buscar através de associações mas não lhes paga a tempo e horas. Em sectores onde há interesse político em ir buscar pessoas para o quadro, cometem-se ilegalidades. ----------

0782. APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GOP E MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BOMBARRAL PARA O ANO DE 2014: O senhor Presidente da Câmara disse que estamos perante um documento muito exigente que visa pela primeira vez uma previsão o mais próxima da realidade possível, não se lembrando de um orçamento tão sério, mas ao mesmo tempo tão exigente do ponto de vista de execução. Vai ser um ano de exercício muito apertado, necessitando de contributos muito fortes de todos, mas que trará bons resultados em termos de recuperação das finanças municipais. É o orçamento de ano zero que há muitos anos se procura apresentar e só agora é possível. ----------

----------Depois de solicitados alguns esclarecimentos técnicos, que foram respondidos pela senhora chefe da divisão financeira, o senhor vereador Fialho Marcelino disse que esta nota introdutória do senhor Presidente da Câmara não é do Bombarral mas sim de outro concelho, porque há um primeiro ponto em que o senhor Presidente da Câmara com pompa e circunstância apresenta projectos que não são da Câmara Municipal mas sim da OesteCIM. Sobre o plano estratégico 2014 / 2020 disse que estamos a discutir o orçamento para 2014, sabem que este plano está atrasado mas sabem os pressupostos. O senhor Presidente da Câmara diz que está a ser concluído um estudo aprofundado mas eles já pediram várias vezes para discutir esta questão e a mesma nunca foi posta em ordem de trabalhos, mas não é necessário nenhum estudo porque basta ir buscar os indicadores à Fundação Manuel dos Santos. Ou o senhor Presidente da Câmara está errado na apreciação que faz do nosso concelho ou é a Fundação Manuel dos Santos que está errada. O senhor Presidente da Câmara diz que também tem em carteira investimentos que pretende ver implementados, mas deve ser uma carteira fechada a 14 chaves porque não conhecem nada. O senhor Presidente da Câmara diz ter a ambição de desenvolver o Bombarral mas não é com propostas fictícias de venda de terrenos porque em 2014 não vai haver nenhuma procura privada para este tipo de investimentos. Nada disto corresponde ao que pretendem para um desenvolvimento sustentado e o que vai haver é que estamos cada vez mais pobres. Nos concelhos à volta ou têm IMI idêntico em parte ou mais baixo, o que leva a não virem pessoas para cá. Depois das explicações técnicas da senhora chefe da divisão financeira, considera que este orçamento é para pagar divida e assim não chegamos a lado nenhum.----------

----------O senhor vereador Luis Duarte subscreveu as palavras do senhor vereador Fialho Marcelino. Considerou que a nota introdutória não tem nada a ver com o orçamento O senhor Presidente da Câmara fala na redução

acentuada das receitas próprias mas nos últimos quatro anos os impostos directos aumentaram bastante – 2009 – 1,5 milhões de euros; 2010 – 1,7 milhões de euros; 2011 – 2,0 milhões de euros; 2012 – 2,3 milhões de euros; 2013 – perspectivam-se 2,575 milhões de euros. Ou seja, no mandato que findou a Câmara Municipal sobrecarregou a população do Bombarral, aumentando as receitas fiscais em mais de 2,5 milhões de euros. Cortou em 50% as transferências para as Juntas de Freguesia mas mesmo assim a dívida é de 6 meses. Posteriormente o senhor Presidente da Câmara diz que vão desenvolver um conjunto de projectos na da educação e aparecem os transportes escolares que são uma obrigação que decorre da lei, o fornecimento de refeições que existe à mais de sete anos e a rentabilização do centro escolar. Na área social aparece como âncora o projecto SOS pequeno-almoço, de que ainda não deu por nada, e o DAeR que não é um projecto de intervenção social mas sim uma acção que acontece por três dias para 50 crianças do 1.º ciclo. Também se diz que no período de férias há apoio ao estudo, perguntando onde está ele. Quanto à recuperação financeira, considerou que enquanto o estado central não impôs regras nos primeiros dois anos do mandato anterior a divida aumentou mais de dois milhões de euros, mas depois com as novas regras passou a fazer-se contenção apesar de ainda aguardarem a informação sobre a ultrapassagem de fundos disponíveis e sobre a situação financeira. Também se apontam um conjunto de projectos da OesteCIM como se fossem projectos desta Câmara Municipal. Aparece um projecto muito querido que é a valorização do património das Cezaredas, questionando o que está a ser feito neste âmbito. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que o projecto para a valorização do planalto das Cezaredas continua a constar da carteira de projectos da OesteCIM, aguardando oportunidade para ser desenvolvido. ----------

----------O senhor vereador Luis Duarte disse que tínhamos que ter ido a concurso no âmbito do QREN para ter sido aprovado tal como sucedeu com a entrada Sul e com o centro escolar. Lembrou que para as Cezaredas já havia um protocolo assinado com a Leader Oeste para que esta liderasse tecnicamente o processo de candidatura e durante quatro anos não houve nada para aquele projecto no âmbito do QREN que está a encerrar. Na área social vão ao orçamento e têm € 100 para actividades de inclusão, € 163 para actividades sociais, € 8.000 para os projectos DAeR e SOS Pequeno-almoço, € 500 para recuperação de habitações, o que é de bradar aos céus. Na rede viária perspectiva-se o arranjo de arruamentos, questionando quais os arruamentos e estradas que vão ser reparados para além da Av. Daniel Pires que tem previstos € 180.000. Solicitou esclarecimentos sobre a requalificação de rotundas e sobre a renovação das redes de abastecimento de água. ---------

----------O senhor Presidente da Câmara lembrou que os projectos estão a ser tratados e preparados em consonância com a capacidade de os desenvolver. -

----------O senhor vereador Luis Duarte disse ter estado num debate durante a campanha eleitoral onde o senhor Presidente da Câmara disse que os técnicos municipais o aconselharam a levar os rolos de projectos para o debate. Perguntou se os 5,3 milhões de euros que ficaram adstritos ao Bombarral no âmbito da contratualização ainda podem ser utilizados neste último ano. --------

----------O senhor Presidente da Câmara considerou que o senhor vereador não tem os pés assentes na terra porque sempre almejou objectivos impossíveis de alcançar, como revelou quando foi presidente da Câmara. Tem o direito de pedir o mundo mas só receberá o que o mundo lhe pode dar. O senhor vereador tem de cair na realidade e deixar-se de obras megalómanas e com custos difíceis de suportar. Devia elencar o conjunto de indemnizações por dívidas que tiveram de pagar. ----------

----------O senhor vereador Luis Duarte disse que o que foi elencado é considerado estrutural. Durante os primeiros dois anos do mandato anterior tinham utilizado essas verbas porque a Câmara podia ter recorrido à banca. O senhor Presidente da Câmara deixou passar o tempo e 5,3 milhões de euros foram para o esgoto. O único projecto megalómano feito no Bombarral foi o estádio municipal teve o seu voto contra enquanto membro da oposição tendo em conta a localização e o exagero do custo e na Assembleia Municipal teve o voto favorável do actual presidente da Câmara para a sua concretização naquele local e com um custo elevado. Foram 4 milhões de euros com apenas 600 mil euros de comparticipação a fundo perdido. É criminoso falar em projectos megalómanos porque a entrada Sul e o centro escolar não são projectos megalómanos, tendo a ver com a qualidade de vida. Considera que não se deve cometer o erro de vender os terrenos que já todos utilizaram. Prevê-se a venda do armazém da Fonte Velha, vai-se ter uma receita vão-se levar as pessoas para o estaleiro em que todos reconheceram que não fizeram os investimentos devidos para criar as sinergias necessárias para a rentabilização de recursos. O que o espanta é que se venda o espaço actual e não se invista o valor correspondente no espaço para onde vão os trabalhadores. Reconhece que o principal investimento para 2014 é a nomeação de novos vereadores que vão importar num acréscimo de custos de mais € 400.000 e este é o principal investimento do actual executivo. ----------

----------A senhora vereadora M.ª Los Angeles Oliveira lembrou que na acta aprovada o senhor Presidente da Câmara disse em relação ao orçamento que "Fará os possíveis para que seja colocado à discussão, dentro em breve para que não aconteça como em algumas câmaras socialistas, em que o orçamento não foi discutido com ninguém", mas este orçamento que hoje aparece não foi discutido com ninguém. Pela primeira vez desde há longos anos não se cumpriu com o direito de oposição na feitura do orçamento. Os vereadores da oposição já perceberam que para o senhor Presidente da Câmara valem zero e nem senhas de presença recebem. Foi pedido o adiamento da reunião e não só não foram dados nem achados como receberam o email com a

documentação na terça-feira às 09:16 horas, pelo que nem 48 horas tiveram para os analisar. Passando á nota introdutória, disse que nesta casa já chegou a ouvir que era um papel de faz de conta e esta nota introdutória não tem nada a ver com nada. Dizer que o programa de assistência financeira afecta a actividade do Municipio comprometendo projectos ambiciosos, era uma realidade que o senhor Presidente da Câmara conhecia em Setembro aquando das eleições mas continuou a dizer que estava tudo bem quando sabia que não era verdade. Quando chegam aos projectos em carteira entende que isto é que não porque a nota introdutória tem de espelhar o que está nas GOP e ali não há nenhuma referência a pressupostos de investimento. Considera que isto é uma mão cheia de nada. Continuamos a ter a venda de terrenos nos montantes que nos fazem falta. Se queremos empresas instaladas deveríamos pensar noutra estratégia para a ocupação daqueles terrenos. Questionou se o montante de 1,5 milhões de euros para o Falcão é exclusivamente para a área não afecta ao parque temático, uma vez que não podem dar o direito de superfície a uns e querer vender a outros. A comemoração do centenário do concelho tem um valor ridículo. A justificação política da nota introdutória não tem nada a ver com o orçamento, não é credível nem explicita. Nas GOP vamos depois fazer contas reais. Nas receitas de capital vamos ter 1,4 milhões de euros porque o resto é a verba da venda dos terrenos que serve apenas para o equilíbrio necessário do orçamento mas não significa rigorosamente nada. Estamos perante um orçamento de receitas correntes que fica no zero e que no que respeita às receitas de capital não estão dentro do possível de realizar. Quando falamos em despesas de capital o que pergunta é como se pensa fazer o previsto sem receita. Nas GOP temos coisas tão irrisórias como € 50 para o associativismo e apoio às actividades quando nos debates públicos se andou a dizer que desta vez é que ia haver apoio. Não podem pôr na nota introdutória que a área social é prioritária e depois no orçamento aparecer o que está lá. No ordenamento do território tudo o que vem de trás vai ser adiado. Continua o adiamento no abastecimento de água, as condutas adutoras e os grandes reservatórios. Na cultura temos coisas giríssimas como € 50 para aquisição de bens e € 50 para serviços que pressupõe terem a ver com a feira do livro. O centro de interpretação da batalha da Roliça está óptimo com € 500. Considerou que este orçamento tem coisas que são anedóticas. Um orçamento que na agricultura, que merece um vereador a tempo inteiro, tem € 600 para aquisição de bens. A senhora vereadora Rosa Guerra sai muito cara para um pelouro que tem € 600 para gastar. É um pelouro muito importante depois é triste termos um orçamento com estas coisas. O turismo é outra área que é um luxo e o apoio ao comércio é extraordinário. Temos € 100 para a semana gastronómica, € 50 para caminhos pedestres e € 50 para outras iniciativas. O mais giro é que apresentam estas coisas e pensam que podem ter alguma credibilidade. Este orçamento não é verdadeiro porque pode responder à lei mas com a venda dos terrenos é tão incredível como os

anteriores não correspondendo ao programa com que o senhor Presidente da Câmara se candidatou. ----------

----------O senhor vereador Luis Duarte disse que atendendo às dificuldades que o senhor Presidente da Câmara apresentou pergunta se durante 2014 pensa usar os dois instrumentos que o governo vai colocar á disposição das autarquias – o FAM e o FIM que é muito importante para o município poder fazer face aos investimentos. ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que o Município deverá usar todos os meios que tiver ao seu alcance para a sua revitalização financeira sabendo que o executivo partilha dessa preocupação. O PAEL era bastante penalizador para os munícipes que veriam os impostos e as tarifas subirem obrigatoriamente. Se houver alternativas como as que se fala decerto a Câmara deliberará avançar com a situação mais adequada ao desafogo financeiro. ----------

----------O senhor vereador Fialho Marcelino declarou que "este orçamento que hoje foi apresentado pelo senhor Presidente não é um orçamento para o Bombarral, mas um orçamento para a Câmara Municipal assegurar, minimamente, os seus compromissos obrigatórios. A Câmara, liderada pela coligação PSD/CDS não tem qualquer rasgo, tal como aconteceu no passado em que se afirmava que se estava a conseguir, "com as medidas de contenção a situação financeira é melhor do que era há alguns anos atrás", conforme o senhor Presidente afirma na nota introdutória às grandes opções do plano e orçamento para 2014. Nada mais errado, pois a dívida tem vindo a aumentar, a despesa tem vindo a aumentar, sem quaisquer investimentos próprios. Esta Câmara arrisca-se a iniciar o mandato tal como terminou o anterior, a fazer de conta que faz orçamentos com jogadas de engenharia financeira que transportam o município do Bombarral para o descalabro, ou melhor o colapso financeiro. Cá estaremos daqui a seis meses para reafirmar o que estamos a afirmar. Este orçamento, apesar de uma análise exaustiva, com o tempo que nos foi dado, menos de 48 horas, não merece qualquer pergunta específica sobre cada uma das rúbricas, face a ser um colocar de números sem qualquer lógica de gestão e de desenvolvimento. Este novo orçamento que apresenta uma verba mascarada de € 11 564 000,00 graças a venda fictícia de terrenos no total de € 1 823 700,00, como receita virtual. Reafirmo que será uma venda para compor o orçamento, pois a actual crise económica criada pelas medidas impostas por este governo do PSD/CDS, por acaso a mesma coligação que governa esta câmara, não comporta a hipótese de investimentos. Com a lei dos compromissos, estava convencido que já não existia este expediente de mascarar o orçamento com a venda de terrenos, mas afinal no Bombarral ainda é possível. Este orçamento também demonstra as prioridades do sr presidente, não fazer nada de novo para o Bombarral. A prova disso é a redução relativamente ao ano transato em aquisição de bens de capital em cerca de 51%. Refira-se que no ano passado também não houve nada de

novo, foi acabar o que já estava iniciado. Também as transferências de capital têm uma redução de 63 %. Este orçamento continua como atividade mais relevante o pagamento aos funcionários, o que torna muito pouco para o desenvolvimento do Bombarral, principalmente no ano que iremos perder o tribunal, como se desenha no Ministério da Justiça, poderemos perder a repartição de finanças e depois disto já não temos mais nada a perder, só resta algumas empresas de bombarralenses que teimam em trabalhar nesta terra. Estamos no primeiro ano deste mandato, momento exato para iniciar o quadriénio com o orçamento zero. Nada feito, aumento da verba de pagamento dos cargos políticos com a implementação de vereadores a tempo inteiro/meio tempo. Continua-se a falar em parcerias e em projetos de índole social mas não são plasmados em orçamento. Continua-se a falar em promover a criação de emprego, mas onde estão os projetos para tal. Continua-se a escrever muito ou a falar muito mas não existe aquilo que o povo diz, "não há sumo", logo não há possibilidade de criar emprego, de criar desenvolvimento, de criar uma educação forte, de criar apoio social aos mais necessitados, em suma este orçamento não cria nada. Deixo uma pergunta final, será que valeu a pena esperar tanto tempo para este orçamento? Claro que não." ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que apresentam este orçamento como um documento bastante realista adaptado à situação do Municipio e do país, sabendo todos que está enquadrado com o objectivo primordial da recuperação da capacidade e credibilidade do município. Como se sabe, as carências e as exigências actuais bem como as alterações sucessivas da legislação e regulamentação condicionam frequentemente a acção da autarquia e não permitem quando se quer colmatar os principais problemas e desenvolver os projectos mais importantes, impedindo de se alcançar todos os objectivos. A verdade é que se tem procurado equilibrar a divida e estão a conseguir, assim como estão a estancar a despesa corrente. É certo que este ano em que houve eleições, pela primeira vez não foi possível partilhar a discussão com os vereadores, facto que assume pelo que apresenta desculpas. Esta situação assentou na dificuldade em completar o documento e adequá-lo ás novas exigências. Pela primeira vez desde há muitos anos temos um orçamento próximo da realidade. Estamos a impor uma gestão exigente e rigorosa de forma a não defraudar os munícipes com a falha dos serviços. O que está em causa no país é o próprio funcionamento das instituições públicas e a autarquia não é nenhuma excepção, estando em causa o seu próprio funcionamento. Não se apresentam grandes investimentos mas existe a consciência que se está a preparar o futuro. Estão a seguir o princípio da prudência fugindo ao empolamento. Sabem que a execução deste orçamento vai ser extremamente difícil, mas no final do exercício haverá bons resultados.

----------PROLONGAMENTO DA REUNIÃO: Pelas 13:00 horas foi deliberado por unanimidade prolongar por mais uma hora a reunião.----------

----------Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da Câmara e das senhoras vereadoras Norberta Santos e Rosa Guerra e o voto contra dos senhores vereadores Luis Duarte, Fialho Marcelino e M.ª Los Angeles Oliveira, aprovar a o orçamento, GOP e mapa de pessoal do Municipio do Bombarral para o ano de 2014 e remetê-los à Assembleia Municipal. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

----------DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor vereador Luis Duarte declarou que os vereadores do PS não podiam de forma alguma votar favoravelmente a proposta de orçamento que o PSD / CDS trouxeram porque o mesmo volta a espelhar um aumento brutal de impostos em relação aos munícipes, situação para que alertaram ao nível do IMI onde podíamos ter uma taxa mais baixa mas optou-se apenas por fazer maquilhagem. Nos últimos anos o senhor Presidente da Câmara libertou 4,5 milhões de euros que têm a ver com o aumento de impostos (2,5 milhões), da água (700 mil euros), com o não pagamento de subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores, com o corte da opção gestionária, sem contar com os cortes nos vencimentos, a redução de mais de € 600.000 nas verbas transferidas para as Juntas de Freguesia. Mas isto depois não se reflecte no discurso do senhor Presidente da Câmara que falou no descalabro financeiro que herdou. Em 2009 a despesa corrente foi de € 4.692.400, em 2010 de € 5.174.473, em 2011 de € 5.382.537 e em 2012 de € 4.783.531. Comprovando-se que aquilo que se diz de forma permanente é mentira porque a consolidação orçamental não aconteceu nos últimos quatro anos. Já que lhes cortam o acesso à informação pedida não podem deixar de citar dados das informações que chegam. Da informação da senhora chefe da divisão financeira constata-se que os fundos disponíveis em Dezembro apresentavam um saldo negativo de 3,5 milhões de euros, o prazo médio de pagamentos era de 227 dias e registava-se um aumento do atraso de Setembro Outubro para Outubro / Novembro violando-se a lei. Quando ouvem as explicações sobre a situação financeira herdada e vêem a prática da actual gestão constatam que nada foi feito, pelo que têm de questionar em que é que foi gasto o dinheiro. O aumento de impostos não se reflecte em termos da abertura do novo quadro comunitário em que o Municipio devia ter uma estratégia e projectos, constatando-se que o orçamento reflecte zero. Nem projectos nem verbas para contratar empresas para elaborar os projectos. Também se fala na especificidade da educação e da acção social mas o investimento é quase zero. Numa altura em que parte da população vive em emergência social não se vê nada para corresponder à mesma. Também não há apoio ao associativismo. Continuam a constatar a degradação do património municipal. O relvado do estádio municipal precisa de manutenção anual mas nem a reposição do granulado é feita. A piscina não tem intervenções, aconselhando a senhora vereadora Norberta Santos a fazer uma vistoria às

práticas de higiene na piscina para ver se correspondem às situações preventivas mínimas. A ciclovia da entrada poente não é conservada. Constata-se que o único investimento sério da autarquia é na ocupação política dos eleitos, já depois dos vereadores do PS se terem disponibilizado a assumir pelouros gratuitamente. Há uma senhora vereadora que passou a estar a tempo inteiro e que em 2014 vai custar € 56.734 mas nos pelouros que lhe estão atribuídos tem € 5.000 para fazer investimento, pelo que pergunta como pode isto acontecer. A grande estratégia que se vislumbra é aguardar o fim do mês e esperar que tudo cora bem para se receber o vencimento. ----------

----------DECLARAÇÃO DE VOTO: A senhora vereadora M.ª Los Angeles Oliveira disse que a CDU votou contra porque a discussão e elaboração do orçamento e plano de actividades não partiu do conjunto de vereadores deste executivo. A CDU teve menos de 48 horas para os analisar. As verbas equivalentes a receitas de capital são fictícias pelo que nem sequer estão garantidos os pagamentos dos investimentos que vêm do mandato anterior. Rubricas com a agricultura, turismo, acção social, cultura têm valores caricatos sendo preferível em abono da verdade que não estivessem inscritos verbas nenhumas. Este orçamento está em rota de colisão com tudo o que foi apresentado nos programas eleitorais dos dois partidos que hoje governam este município. Não é aceitável não haver verbas para nada incluindo o centenário do concelho tendo em conta a nossa matriz de identidade e haver aumento das verbas a gastar com cargos políticos quando os pelouros distribuídos não têm espelhado no orçamento nem obras nem gestão corrente que o valide. O apoio social aos nossos munícipes foi completamente esquecido. Não é o orçamento nem para as pessoas nem para as famílias. Se em relação às receitas correntes este orçamento é mais ou menos realista, no que respeita às receitas de capital o mesmo não acontece, pelo que não é possível dar uma credibilidade exigível a estes valores. Quanto ao mapa de pessoal tendo votado contra a abertura de concurso para um técnico superior jurista que concluíram ir contra a legalidade, não podem apoiar um mapa de pessoal que já conta com esse técnico num lugar a preencher. ----------

0783. PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O MANDATO 2013 A 2017: ----------

----------O senhor vereador Fialho Marcelino disse que os vereadores do PS propõem a retirada desta proposta face ao despacho da senhora chefe da Divisão Financeira e da ilegalidade demonstrada no despacho da senhora vereadora Norberta Santos. No despacho da senhora chefe de divisão financeira é apresentado que "tendo em consideração tudo o que tem sido informado pela chefe da Divisão Financeira, no respeitante à inexistência de fundos disponíveis do Município para o ano em curso, tendo em consideração que a Lei nº 8/2012, de 21/02 está em vigor, assim como o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21/06. Contudo, caso o Exmº Senhor Presidente pretenda que sejam desenvidos os procedimentos subsequentes e tendo ainda a consciência

que o ato poderá ser nulo, pelo que se aguarda, então, de um despacho de V. Exª, no sentido que melhor lhe aprover." Por sua vez, a senhora vereadora Norberta Santos, que não tem delegação de competências para a área financeira, despacha, "porque as juntas de freguesia vão realizar trabalhos que se traduzem numa redução de custos para esta autarquia e porque se trata de uma obrigação legal, ultrapasse os fundos disponíveis". Após este despacho, é efetuada uma grave ilegalidade na forma de implementação da lei dos compromissos.----------

----------Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da Câmara e das senhoras vereadoras Norberta Santos e Rosa Guerra e o voto contra dos senhores vereadores Luis Duarte, Fialho Marcelino e M.ª Los Angeles Oliveira, aprovar a proposta de acordo de execução anexa á presente acta e remetê-la à Assembleia Municipal. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

----------DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor vereador Luis Duarte disse que os vereadores do PS não votam contra por discordarem do acordo de execução. Concorda com esta filosofia mas face à lei dos compromissos e à informação da senhora chefe da divisão financeira não podem votar a favor.----------

----------DECLARAÇÃO DE VOTO: A senhora vereadora M.ª Los Angeles disse que perante a informação financeira que chegou e que é corroborada pelo poder político quando autoriza ultrapassar os fundos disponíveis e não havendo nada na lei que justifique esta situação não há condições mínimas para votar este acordo de execução. Estes acordos deviam ser muito mais explícitos.----------

0784. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA QUE AUTORIZOU A ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECIFICA: Foi deliberado por unanimidade e em minuta ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara que autorizou a abertura de conta bancária específica com a designação de Fundo Florestal permanente.----------

0785. INFORMAÇÃO N.º 172/DOIM/2013 – RESTITUIÇÃO DE CAUÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL 1.ª FASE: Foi adiada a apreciação deste assunto a fim do executivo se deslocar ao local acompanhado da senhora chefe da divisão de obras e infra-estruturas municipais.----------

0786. PROPOSTA DE ENCERRAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL: Foi deliberado por unanimidade e em minuta autorizar o encerramento do Mercado Municipal nos dias 25 de Dezembro e 01 de Janeiro.----------

0787. INFORMAÇÃO N.º 146/GASU/2013 – ENVIO Á ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PROJECTO DE REGULAMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO DO BOMBARRAL: Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da

Câmara e das senhoras vereadoras Norberta Santos e Rosa Guerra e a abstenção dos senhores vereadores Luis Duarte, Fialho Marcelino e M.ª Los Angeles Oliveira, remeter à Assembleia Municipal o projecto de regulamento de abastecimento de água do município do Bombarral.----------

-----------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

-----------A senhora vereadora M.ª Los Angeles Oliveira disse que não tiveram tempo suficiente para apreciar tantos documentos em tão pouco tempo.---------

-----------O senhor vereador Fialho Marcelino disse que concordando genericamente com o regulamento há duas ou três coisas que podem ser um pouco lesivas dos bombarralenses, nomeadamente a obrigação de actualizar os valores da água todos os anos. ----------

----------Pelas 14:15 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário Municipal que a lavrou.----------

O presidente da Câmara

O funcionário

PROPOSTA

ACORDO DE EXECUÇÃO

COMPETÊNCIAS DELEGADAS PELA LEI Nº 75/2013, DE 12.09, NAS JUNTAS DE FREGUESIA

Considerando e reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, fruto da sua proximidade com as populações, que resulta numa assinalável mais valia a todos os níveis como tem sido patente nos anos anteriores, e que importa consolidar numa época de dificuldade generalizada.

Considerando ainda que:

a) A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação nº 46-C/2013 e nº 50-A/2013, de 01 e 11 de Novembro respetivamente, que estabeleceu o novo regime das autarquias locais (RJAL), dispõe no seu artigo 132º, a delegação de diversas competências nas Juntas de Freguesia.

b) Por via daquele diploma legal são ampliadas as competências das juntas de freguesia. Neste particular, destaca-se o facto de serem legalmente delegadas nas juntas de freguesia diversas competências dos municípios, designadamente competências de controlo prévio e fiscalização em matérias como a utilização e ocupação da via pública, afixação de publicidade ou limpeza da via e espaços públicos.

c) Nos termos do artigo 133.º e seguintes do mesmo normativo legal estabelece-se que esta delegação deverá ser concretizada um prazo de 180 dias através da celebração de acordos de execução que prevejam expressamente os recursos humanos, materiais e financeiros necessários e suficientes para o exercício de todas ou algumas das competências previstas;

d) As Juntas de Freguesia, pela sua proximidade aos cidadãos, dispõem de uma capacidade de actuação local privilegiada na medida em que a dimensão da unidade territorial das freguesias proporciona à respectiva autarquia intervenções céleres e oportunas em ordem à satisfação de necessidades e à resolução de problemas emergentes;

e) A acção meritória que as Juntas de Freguesia têm vindo e podem vir a desenvolver;

f) A necessidade de adequar às necessidades destas Autarquias Locais os recursos a transferir.

g) A negociação do presente Acordo de Execução, que concretiza a delegação de competências, obedeceu aos seguintes princípios, conforme definidos no art. 121.º em articulação com o art. 135.º ambos do RJAL:

- ✓ Igualdade e não discriminação – segundo critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias abrangidas pela respetiva circunscrição territorial;
- ✓ Estabilidade;
- ✓ Prossecução do interesse público;
- ✓ Continuidade da prestação do serviço público;
- ✓ Necessidade e suficiência de recursos.

h) Foi elaborado o presente projeto de acordo de execução a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho de Bombarral, fundado nos estudos que se revelaram necessários de modo a que a concretização da transferência de competências assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

- ✓ O não aumento da despesa pública global;
- ✓ O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais;
- ✓ Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais;
- ✓ O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- ✓ A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

Assim, tenho a honra de propor que:

1) A Câmara Municipal, nos termos das alíneas l) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, delibere aprovar a presente proposta de acordo de execução a celebrar com as Juntas de freguesia, conforme minuta em anexo.
2) Submeta, nos termos do disposto na al. k) e m) do nº1 do art. 25.º do RJAL, a proposta aprovada pela Câmara Municipal a autorização da Assembleia Municipal.

981